

A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980)

The Revista Brasileira de Geografia and the shaping of geographic field in Brazil (1939-1980)

ALEXANDRE DE PAIVA RIO CAMARGO

Universidade Federal Fluminense | UFF

Introdução

Em 1950, Leo Waibel, um dos nomes mais ilustres da geografia alemã do século XX, escreveu: “a meu ver, para a solução dos problemas de um país ainda não desenvolvido, nenhuma ciência é mais indicada que a geografia. Felizmente, o Brasil possui no Conselho Nacional de Geografia uma instituição única no mundo, com possibilidade e técnicos para colocar a ciência geográfica a serviço da solução dos grandes problemas da nação”¹.

O testemunho de Waibel convalida a respeitabilidade amealhada pelas realizações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Em uma época na qual os cursos de graduação em geografia destinavam-se à formação de professores, o Conselho Nacional de Geografia (CNG) se destacaria como uma das mais proeminentes instituições de pesquisa do país, ao lado do Observatório Nacional e do Instituto de Manguinhos.² Fundado em 1937, o órgão logo se uniria ao Instituto Nacional de Estatística (INE), implantado em 1936, para dar lugar ao IBGE, a partir de 1938.

A convergência com a criação da Universidade do Brasil é flagrante e nada gratuita. Demonstra o esforço de profissionalização da geografia assumido pela Era Vargas (1930-1945), cuja bandeira da “organização nacional” não se faria sem o ordenamento e a sistematização das informações territoriais. Nesses termos, o estabelecimento de um

RESUMO O presente trabalho analisa o papel desempenhado pela Revista Brasileira de Geografia, editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 1939, como um dos mais relevantes veículos de modernização do campo geográfico, entre as décadas de 1940 e 1970. Já em seus primeiros números, a publicação apresentava uma dupla inserção pragmática e acadêmica, destinando-se tanto à promoção das políticas territoriais do País, quanto à difusão da moderna metodologia de ensino e pesquisa da disciplina. Explorando as estratégias editoriais do periódico, este artigo traça um panorama da composição de seus autores e associados, além de abordar a diversificação de sua produção científica, com o objetivo de esboçar a posição da Revista no movimento de profissionalização da geografia.

Palavras-chave história das comunidades científicas – espaços institucionais da geografia – história da geografia.

ABSTRACT *This article examines the role played by the Revista Brasileira de Geografia, edited by the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) since 1939 as one of the most important vehicle for modernizing the geographic field, between the 1940s and 1970s. Since its first issues, the publication had a two-level scope, in both pragmatic and academic grounds. Those included the promotion of territorial policies, as well as the dissemination of the new methodology related to the discipline's teaching and research. By exploring the editorial strategies of the journal, this article analyzes the profiles of its authors and associates and the diversification of its scientific production, in order to outline the contribution of this publication to the process of professionalization of geography.*

Key words *History of scientific communities – Institutional spaces of geography – History of geography*

órgão oficial de geografia seria indispensável à renovação do ensino e da pesquisa na disciplina, de modo a garantir as condições seguras em que se realizaria a interiorização do país e a extensão física do poder central. As excursões científicas do Conselho, com suas monografias regionais, criaram um novo modelo de reconhecimento do território, equiparável somente à tradição dos viajantes europeus dos Oitocentos.

Este é o cenário em que devemos interpretar a edição da Revista Brasileira de Geografia (RBG), publicação trimestral lançada em janeiro de 1939, possivelmente a mais notável das iniciativas do CNG. Nossa breve análise pretende esboçar o papel decisivo desempenhado pelo periódico na organização do campo geográfico³, privilegiando os momentos de sua criação e consolidação e o dos estudos quantitativos realizados ao longo da década de 1970⁴. Vale, portanto, tecer algumas considerações preliminares sobre nosso enfoque.

Além de fazer circular e estimular a produção dos novos conhecimentos especializados da geografia, a publicação incorporava diversas funções. Elas contribuíam decisivamente para a afirmação da categoria profissional dos geógrafos de formação; para consolidar o papel articulador do CNG junto às instituições de geografia, para a constituição da própria Revista como instância de tomada de posição (escolhas, ações e obras dos agentes situados no campo geográfico); para, enfim construir um *topos* de visão/divisão do mundo social, forjado nas práticas, conceitos e objetos cada vez mais amparados na exigência de demonstração e no rigor metodológico, fundadores de uma cultura partilhada e exclusiva dos geógrafos.

Defendemos que esses elementos concorrem para consagrar o geógrafo como o grande agente competente na ordenação do território, habilitado a descrever, analisar e balizar a intervenção sobre o espaço brasileiro. Entretanto esse discurso sobre o espaço, que se quer hegemônico, não se produz num ambiente homogêneo. Se, por um lado, a Revista cria um *locus* privilegiado de diferenciação do conhecimento geográfico, fundando domínios comuns de ação, por outro, ele não está disponível a todos os agentes do campo. Isso quer dizer que a disposição interna de assuntos e seções, a preferência por certos temas em detrimento de outros e o espaço destinado a cada autor implicam uma hierarquia de prestígio e visibilidade.

24

Esta hierarquia se revela nas duas grandes funções que a Revista assume dentro do campo geográfico: a invenção de uma tradição, que molda a sensibilidade dos geógrafos como comunidade, e a consolidação de um *corpus* de conhecimentos específicos da área. O fato de que esse *corpus* amalgamava autores e os temas mais recorrentes em torno das políticas de governo é bastante expressivo do papel programático que a Revista desempenhou no campo geográfico.

Geografia científica e atualização da tradição

No que diz respeito à invenção da tradição, trata-se de reivindicar um passado coberto de nomes pioneiros e marcos gloriosos para a geografia, que surge assim como atividade solidamente assentada no tempo, buscando melhor institucionalizar-se pela força da tradição. Para a comunidade de geógrafos, há um sentido agregado, pois esse esforço de referenciação a faz continuadora direta dos grandes desbravadores, ao mesmo tempo em que, por isso mesmo, a legitima para promover a renovação da atividade geográfica. Não é a geografia “ultrapassada” que figura nas seções destinadas a lapidar o passado, e sim a “antiga” geografia, com toda a deferência e autoridade que o epíteto evoca. Portanto a “missão geográfica” do Instituto consistia em erigir no lugar das práticas consagradas de descrição do território e de organização de suas informações, anteriormente a cargo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB)⁵, assim como as de difusão de um saber mais diletante ou bacharelesco, responsabilidade mais geral da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ)⁶, uma outra geografia, interpretativa e, sobretudo, empírica, munida de um moderno instrumental de precisão científica, capaz de responder com eficiência e rapidez aos problemas da “organização nacional”, o grande plano político do governo Vargas.

Essa preocupação em afirmar a continuidade em uma linha sucessória, respaldando o alcance da mudança que se queria então implementar, aparece na seção *Vultos da Geografia do Brasil*. De forma ininterrupta desde sua terceira edição, de julho/setembro de 1939, até a de janeiro-março de 1951, e depois, sem regularidade, até o número outubro-dezembro de 1963, a publicação trazia duas biografias, de uma a duas páginas, de pensadores, políticos e homens de ação que se envolveram em trabalhos “geográficos”, especialmente na questão das fronteiras e das expedições científicas. Junto a nomes tão díspares quanto os de Barão do Rio Branco, Elisée Reclus, Homem de Melo, Martim Afonso de Sousa, Von Martius, Louis Agassiz, Cândido Rondon, Joaquim Nabuco, Theodore Roosevelt, Capistrano de Abreu, entre tantos outros, abundam as referências ao Império e mesmo ao período colonial e pré-colonial (!), como Pedro Álvares Cabral. Segundo bem assinala Pierre Bourdieu, “um dos índices mais seguros da constituição de um campo é [...] a aparição de um corpo de conservadores de vida – os biógrafos – e de obras – os filólogos, os historiadores da arte e da literatura. Todas estas pessoas compactuam com a conservação do que é produzido no campo, tendo interesse em conservar e em se conservar conservando”.⁷

Conservar-se conservando. De fato, para tornar a obra um legado é preciso inscrever-se em uma tradição. Nesse sentido, uma mudança qualitativa se opera. É interessante observar que, ao longo dos anos 1950, o perfil dos biografados começa mais e mais a alternar entre o passado longínquo e o quase-presente, com a celebração de figuras-chave na estruturação do CNG e do curso superior de geografia da Universidade do Brasil. Quase todos esses nomes haviam integrado os quadros do Instituto e/ou colaborado significativamente na RBG, o que demonstra a relevância do papel até então exercido pela Revista como instância de tomada de posição no campo geográfico. Autores como Emmanuel De Martone, Leo Waibel, Roquette Pinto, José Veríssimo da Costa Pereira, Walter Egler, Raja Gabaglia e Jorge Zarur, entre outros, são biografados nesse período, fato que acena para a monumentalização do próprio CNG. Ao lado da mitologia dos heróis de um passado intangível, despontam agora novos pioneiros, artifício de autolouvação.

A mesma disposição para atribuir distinções entre autores e obras pode ser encontrada na difusão dos conhecimentos específicos produzidos. Para bem apreender esse *corpus*, que deveria definir os modernos métodos e técnicas de pesquisa e de vulgarização do conhecimento geográfico, é preciso remontar ao público a que se destinava a publicação. Qual é a sua composição? Ela pode nos dizer muito sobre o potencial da Revista como veículo de penetração nos altos círculos de decisão política e de institucionalização do saber geográfico. Só assim é possível alcançar uma visão menos compartimentada da sua inserção no circuito produção-difusão-recepção do discurso oficial sobre a organização política do Estado Novo – a bandeira da “organização nacional”.⁸ Dessa inserção, nasce uma ambiguidade marcante nos primeiros anos do periódico, sempre oscilante entre a vocação político-pragmática, que presidia a própria fundação do CNG, e as discussões teórico-metodológicas, que fundamentavam a pretendida autonomia técnica do discurso geográfico.

Essa ambiguidade se faz presente na estratégia editorial da publicação, em particular quanto ao público a ser atingido. Segundo a Resolução n.º 18, da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia, de 12 de julho de 1938, a Revista deveria ter uma tiragem mínima de 5 mil exemplares, dos quais boa parte seria distribuída gratuitamente a pessoas físicas e instituições de perfis os mais diversos:

*às autoridades superiores dos poderes da República; às presidências do Tribunal de Contas e dos Conselhos Nacionais, do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e de seus Conselhos Regionais; aos serviços e representação de cada Ministério, no País e fora dele; aos chefes dos governos regionais e seus respectivos secretários de estado; às principais instituições econômicas e culturais do País; aos órgãos regionais do Instituto e aos membros dos seus órgãos centrais; aos Diretórios Municipais de geografia; às bibliotecas e escolas de ensino secundário e superior, que forem mantidas pelos poderes públicos; à União Geográfica Internacional, à União Pan-americana, às sociedades de geografia e instituições internacionais de maior significação; à principal organização geográfica de cada País estrangeiro, especialmente considerando os Países aderentes à União Geográfica Internacional; às demais personalidades e corporações, a juízo do Diretório Central.*⁹

Poderoso era, como se vê, o escopo editorial da publicação, começando pela tiragem, bastante ampla para os padrões da época. Na mesma direção apontam os vários destinatários, que podem ser classificados em três grandes grupos: políticos, técnicos e órgãos de governo; associações geográficas mais prestigiadas no país e no exterior; educandários, professores e estudantes de nível básico e superior.

Essa pluralidade de interlocutores e de papéis novamente insinua a centralidade assumida pela Revista, tanto na estruturação do campo geográfico quanto na sua coordenação em torno do discurso oficial sobre o território. A escala de circulação, em centros de referência internacional, realizava a sua pretendida função de “promover o intercâmbio com instituições congêneres”¹⁰, angariando para os órgãos de geografia do Brasil (especialmente Associação dos Geógrafos Brasileiros, IHGB e SGRJ) a representação na União Geográfica Internacional, assim como prestígio e visibilidade junto à burocracia do governo Vargas.

Ao mesmo tempo, na tarefa de coordenação, a Revista estimulava o debate e a produção em torno dos “temas quentes” da agenda de governo. Artigos que tinham por temas fronteiras, território e povoamento, regiões naturais, recursos minerais, cidades levantamentos cartográficos e cartografia geral, bastante frequentes entre 1939 e 1947, se coadunavam muito bem com os esforços de integração do ecúmeno nacional, os projetos de colonização de áreas afastadas, valorização do homem rural e sua fixação no campo, e, sobretudo, a bandeira da “Marcha para o Oeste”. Do ponto de vista da justificativa ideológica do Estado Novo, tratava-se da ocupação efetiva de nossos limites territoriais, não apenas para a salvaguarda de nossa segurança nacional, como, principalmente, para o pleno desenvolvimento da consciência do povo brasileiro, como se essa estivesse adormecida em uma nação que ainda restava desconhecida.

Nestes termos, o órgão editorial do Conselho Nacional de Geografia se deparava com uma dupla missão. De um lado, fornecer concepções e estudos que orientassem os planos de ação sobre o território, sem esquecer o seu poder para mobilizar a classe política e as elites intelectuais em torno do ideário do regime. De outro lado, a Revista formulava um novo discurso sobre o ofício de geógrafo, que abrangia métodos e técnicas de trabalho de campo e o emprego de instrumentos de medição científica (bússolas, câmaras, podômetros, barômetros, alidades, etc.), utilizados nas viagens de reconhecimento. Somente as condições institucionais do CNG poderiam reunir fundos para patrocinar expedições desse tipo, a exigir equipes inteiras, por semanas a fio.

Essas incursões a campo eram fundamentais para a implementação da moderna geografia, ciosa da conversão de seus profissionais a exploradores de seu próprio objeto, o território nacional. Todo o esforço de interpretação sobre o espaço, toda a sistematização das informações territoriais deveriam se desenvolver dentro da exigência de trabalhos empíricos profundamente metódicos. Não é outro o sentido do alerta do francês Francis Ruellan, orientador científico das expedições do CNG, em seu artigo, de cunho evidentemente pedagógico, “O trabalho de campo nas pesquisas originais de geografia regional”. Em suas palavras finais, ele diz:

*Esperamos que esta exposição fará sentir que aí reside a verdadeira tarefa do geógrafo. Quando ele volta ao gabinete de trabalho, é para tirar partido da viagem de estudos que acabou de realizar e formular problemas que ele estudará na próxima excursão. **Só existe geografia de gabinete para o compilador. Para o pesquisador, serve apenas de complemento da investigação no campo que é a fonte viva de toda observação e interpretação nova.** Desde a origem da geografia moderna, todos os grandes mestres não seguiram outro método, o único em verdade que pode libertar a produção geográfica do trabalho livresco e do vão palavreiro sem base científica e sem nenhuma relação com a vida do Globo.¹¹*

“Geografia de gabinete” e “geografia científica”. A oposição é clara, fala por si. De acordo com as novas regras de definição do saber geográfico, o que distinguiria o geógrafo dos antigos eruditos na matéria é, antes do mais, o trabalho de campo. Este seria realizado nas viagens de reconhecimento físico do território, de sua geomorfologia e de seu *habitat* rural.

Ao falar de trabalhos que tematizam as expedições, estamos já no terreno do *corpus* de conhecimentos veiculados pela Revista, em sua posição estratégica na estruturação do campo geográfico. Apenas o CNG reunia as condições institucionais para promover excursões aos mais variados rincões do país, para ensinar os alunos a operacionalizar os

conhecimentos adquiridos e iniciá-los nas práticas que capacitavam o profissional de geografia que então se desejava, apto a responder com eficiência aos desafios da organização territorial.

Essa destacada função pedagógica do CNG se explicava também pelas prerrogativas que lhe rendiam a competência de coordenação dos trabalhos geográficos, reconhecida por lei. As tabelas, os censos, os mapas e os cartogramas produzidos pelo Instituto afirmavam a referência a um coletivo nacional, fixavam o poder do Estado sobre o espaço físico e sua população, em sociedade, num território. Essas tecnologias de distância, ajustadas às tecnologias de governo, contribuíam decisivamente para esvaziar as representações espaciais que com elas concorressem.

Citemos como exemplo algumas das maiores realizações do órgão nessa área, quando secretariado pelo engenheiro-geógrafo Christovam Leite de Castro: trabalhos de uniformização das toponímias dos municípios e de seus respectivos mapas, previstos pelo Decreto-Lei n.º 311, de 2 de março de 1938; uniformização cartográfica em variadas escalas e atualização da carta do Brasil ao milionésimo. Outro empreendimento de vulto foi o da arbitragem do CNG nas históricas e polêmicas questões de limites interestaduais.¹² São medidas que se aplicavam diretamente à formulação das políticas sobre o quadro territorial, em seus aspectos físico, econômico, jurídico, político e populacional. Em todas elas, muitas grandiloquentes como a exposição dos mapas municipais¹³, desenhava-se o controle do governo central sobre os regionalismos e os poderes locais.

A não resolução dessas questões poderia comprometer vários aspectos da administração pública em geral, principalmente no tocante à divisão de tributos e verbas orçamentárias, regularização de terras rurais e urbanas, centros e pleitos eleitorais e conflitos recorrentes em torno da repartição do poder local e estadual e entre as elites rurais e urbanas.¹⁴ No contexto da centralização política do Estado Novo, “a representação cartográfica mais precisa do território traz à luz irregularidades político-territoriais, como demarcação de terras e manipulação de fronteiras político-administrativas, feitas de forma ilícita pelas oligarquias rurais”¹⁵. Como instrumento técnico de administração do território, as atividades do Conselho Nacional de Geografia permitiam ao governo central enfraquecer a liderança das oligarquias locais, precipitando-as à negociação, em proveito da sustentação e governabilidade de uma ditadura civil como a do Estado Novo.

Veja-se, por exemplo, o estudo de Fábio de Macedo Soares Guimarães, “Divisão Regional do Brasil”, publicado na Revista.¹⁶ Sua proposta, que subdividia as “grandes regiões” dos estados e territórios federais em zonas fisiográficas, tornou-se oficial no país, pela Circular n. 1, de 31 de janeiro de 1942, da presidência da República. Desde então, os dados estatísticos por estados e municípios, inseridos no *Anuário estatístico do Brasil*, passaram a ser tabulados segundo as unidades regionais brasileiras.¹⁷

O argumento da autonomia científica mascarava as implicações administrativas da produção geográfica para a prática política, o que permitia ao governo Vargas esvaziar algumas prerrogativas das oligarquias rurais, sem partir para um confronto direto. Neste sentido, o artigo seminal de Fábio de Macedo Soares representou uma forma de intervenção técnico-administrativa sobre os estados, ao mesmo tempo em que incentivava o municipalismo, contribuindo para erodir o “muro federalista” por cima e por baixo.¹⁸

Uma pedagogia do espaço

É neste contexto de afirmação de um discurso hegemônico sobre o espaço brasileiro que o Conselho Nacional de Geografia, enquanto órgão oficial na matéria, se engajará não somente na confecção de mapas escolares, como também na iniciação dos professores em sua utilização e nas possibilidades das representações espaciais, em sala de aula e fora dela, em nível secundário e superior. Os cursos promovidos pelo Conselho, bem como as tertúlias geográficas, realizadas em parceria com o IHGB, congregavam e atualizavam os professores da rede básica e vulgarizavam as conclusões das pesquisas geográficas. Com propósito semelhante, o *Boletim geográfico*, publicação inicialmente mensal, editada entre

1943 e 1978, era utilizado como suporte didático das práticas de ensino. Na mesma direção apontavam os programas de intercâmbio com a universidade, ainda focada quase exclusivamente na formação de professores secundários. O currículo dos futuros geógrafos incluía visitas frequentes às instalações do Instituto e a iniciação na metodologia de pesquisa, integrando as equipes das expedições geográficas, na qualidade de estagiários. Poderíamos lembrar, ainda, que grande parte do quadro técnico do CNG acumulava cátedras na Universidade do Brasil. Merecem destaque os casos de Pierre Deffontaines¹⁹ e de Francis Ruellan²⁰, ambos responsáveis pela coordenação do ensino de geografia naquela universidade e pela criação (Deffontaines) e consolidação (Ruellan) do núcleo de pesquisas geográficas do Conselho, formando as mentes de uma geração inteira de geógrafos.

Por tudo isso, o CNG ocupou posição central na questão da formação do profissional e nas reflexões sobre a prática de ensino da geografia. Destinada “às bibliotecas e escolas de ensino secundário e superior”, a Revista Brasileira de Geografia deveria estimular o debate sobre o assunto e divulgar técnicas de ensino adequadas à representação espacial que então convinha ao Estado Novo.²¹

Alguns artigos ilustram bem o papel de fundar uma metodologia de ensino, assumido pela Revista. O já citado “O trabalho de campo nas pesquisas originais de geografia regional”, de Ruellan, trata da composição das equipes e do itinerário a ser seguido nas excursões geográficas, da definição, da ordem, da tipologia e do modo de execução dos trabalhos de campo, assim como das formas de utilização do equipamento de pesquisa.

Em “A excursão geográfica”, Delgado de Carvalho apresenta algumas virtudes que este expediente permite desenvolver no futuro geógrafo. Ele “precisa tornar-se um *viajante-inteligente*”²². Sublinha a “necessidade de constituir, no educando, uma *consciência do espaço*, de dotá-lo de uma *faculdade de ver e observar*, de se ambientar topograficamente, isto é, de interpretar paisagens geográficas”²³. E pontifica: “a observação dirigida não é outra coisa do que um processo de utilização visual do meio geográfico para a educação”²⁴.

28

Após discorrer sobre a organização das excursões geográficas, em seus diferentes aspectos, como esforço preliminar, preparo psicológico, observação dirigida e relatórios de viagem, Carvalho sublinha a relação entre a moderna fundamentação científica da geografia e o alargamento dos espaços de aprendizagem, noção cara aos projetos de educação da Era Vargas: “no nosso ensino do século XX, [...] acho que a excursão geográfica vem aproximar a escola da vida real, restabelecer as conexões necessárias e, apesar da complexidade dos fenômenos, torná-los mais vivos, mais significativos, mais cheios de ensinamentos, ao mesmo tempo que mais acessíveis aos jovens, inculcando-lhes amor à nossa disciplina”²⁵. Amor à disciplina – sem as tensões internas, as contradições, as separações, as disputas históricas pelo território, o regionalismo a ameaçar à nação – e amor à pátria. Não seriam sinônimos?

Vale observar a diferença no tom de ambos os artigos. O de Ruellan é marcado por uma linguagem técnica e operacional, voltada para um público de alunos de ensino superior e jovens engenheiros que se iniciavam na metodologia propriamente geográfica, como era o caso de Fábio de Macedo Soares Guimarães. Já o de Carvalho se pauta por fins didáticos e por uma preocupação quase filosófica sobre o ensino da geografia. Sua preocupação aqui se estende às fileiras das escolas secundárias.

De fato, as escolas secundárias parecem ser um alvo relevante na reforma do ensino, na formação do cidadão ideal desejado pelo Estado Novo. Neste sentido, o artigo de Silvio Fróis de Abreu, “Esboço das regiões naturais do estado da Bahia”, insiste na interpretação dos mapas produzidos pelo Instituto, enfatizando a necessidade de se trabalhar em sala de aula a perspectiva regional pela ótica do nacional. Destinado a professores da rede básica de ensino, o artigo compreende recomendações de que os trabalhos geográficos nas escolas primárias descrevam “com precisão cada região natural, com seus caracteres mais típicos e uma adequada documentação fotográfica”²⁶.

Nesta mesma linha pedagógica, a contribuição de Jorge Zarur é preciosa para avaliarmos o papel do CNG na uniformização cartográfica, na coordenação dos trabalhos geográficos e, em particular, na consagração de uma representação oficial do território brasileiro. Em “A geografia no curso secundário”, o autor afirma com precisão:

No Brasil, infelizmente, ainda não temos bons mapas murais didáticos, quer de geografia pátria, quer de geografia geral. Os professores lançam mão de mapas feitos e impressos no estrangeiro, quase sempre em língua francesa, apresentando graves erros lingüísticos e geográficos quando tratam da geografia do Brasil. O Conselho Nacional de Geografia procura nesse movimento remediar nossa insuficiência nesse setor, resolvendo organizar, imprimir e distribuir pelas escolas coleções de mapas murais [físico, econômico, histórico, político e das regiões naturais], obedecendo a um plano didático, que aliasse a exatidão ao baixo preço.²⁷

Uma vez mais, a consciência nacional deve se realizar na prática da geografia e na representação oficial do espaço, contribuindo para assimilar a perigosa influência dos estrangeiros nos vazios geográficos e nos núcleos de imigração. O mesmo discurso pode ser apreciado também em Christovam Leite de Castro, para quem a geografia é a “ciência nacionalizadora” por excelência:

em todo aquele que nela opera – seja no campo, levantando dados territoriais, ou interpretando a paisagem, seja no gabinete, preparando e examinando cartas ou estudando os fenômenos em sua distribuição terrestre e em sua conexão, seja na escola, ministrando conhecimentos ou ensinando a interpretação do meio ambiente e suas correlações com a atividade humana – todo aquele que à geografia se aplica, redobra em seu coração o sagrado amor à pátria querida.²⁸

Ciência nacionalizadora que oferece seus serviços à conquista do território e de seus “corações e mentes”. Assim fazendo, edifica uma pedagogia da identidade pela localização espacial, vulgarizando a perspectiva utilizada pela reflexão intraestatal.²⁹

Um exemplo de grandeza desta pedagogia oficial, formulada na identidade pelo espaço e impulsionada pelas páginas da Revista Brasileira de Geografia, é a seção *Tipos e aspectos do Brasil*. Ilustrada a bico de pena pelo artista Percy Lau, a publicação formava e divulgava uma imagem geográfica da nação. Juntos, os tipos humanos e os aspectos geográficos pretendiam promover a integração do povo ao território. As imagens são acompanhadas de textos assinados por geógrafos do IBGE, que evidenciavam as ideias contidas nas ilustrações, acrescentando-lhes informações adicionais. É interessante notar que esse conjunto privilegia aspectos locais e regionais, sem identificar-se a conotações de limitação cultural ou sectarismo político, então comumente atribuídas ao regionalismo. Ao contrário, trata-se de exaltar a tradição do bandeirismo, recuperando a vocação expansionista como elemento formador da nação.

Desse modo, a seção *Tipos e Aspectos do Brasil* vale-se dos matizes da sensibilidade estética, unindo pedagogicamente arte e geografia na representação oficial do espaço nacional. Assim fazendo, coaduna-se com os estudos do Instituto, que relacionavam povo e lugar na caracterização dos diversos gêneros de vida da população brasileira. A esse respeito, comenta Ana Maria Daou: “A relação entre povo e lugar, nação e território, evidente nas ações e estratégias das instituições nacionais que ancoravam o Estado Novo para o exercício do controle do território e da população, está bem representada nas imagens de *Tipos e Aspectos*. Nos tipos humanos desenhados pelo traço de Percy Lau, naturaliza-se o enraizamento dos homens retratados”³⁰.

Nessas figurações, a variedade das grandes paisagens naturais do país dividia espaço com as atividades socioeconômicas das regiões do Brasil. Ao retratar a estrutura ocupacional, dos campos de criação do Rio Grande do Sul aos canais do Nordeste, consubstanciava-se o discurso oficial sobre a interiorização do território, a chamada “Marcha para o Oeste”, e sobre a transformação do homem rural em trabalhador. Em termos metodológicos, a rica iconografia consagrava a divisão epistemológica entre Geografia Física e Geografia Humana. Consagrava, ainda, a orientação da escola francesa do Possibilismo, em particular o conceito de “gênero de vida”, no cruzamento entre as atividades econômicas e os tipos regionais, representados em cenas do cotidiano.³¹ As negras baianas e o comércio ambulante, o gaúcho e a pecuária, os vaqueiros do nordeste e o agreste, os pescadores e a restinga, as lavadeiras e a favela, entre tantas outras, tinham como pano de fundo a precariedade do comércio do interior e da vida urbana, como que a exigir e fundamentar o plano de integração nacional pela extensão física do poder central.

Em tom ainda mais realístico do que a seção *Tipos e Aspectos do Brasil*, as fotografias fazem um retrato do progresso da nação. Radicalizando a oposição entre civilização e barbárie, elas referendam, por meio do realismo insuperável da experiência visual, a imagem de integração nacional. Figuram o domínio da natureza pela tecnologia humana, e o controle do Estado sobre as áreas de fronteira, pela territorialização do aparelho de Estado. Diversos sinais de ocupação humana nos vazios geográficos e de desenvolvimento dos núcleos urbanos do país expressavam a obra de construção do Estado nacional: estradas, pontes, vias férreas, malha viária, túneis, viadutos, modernas edificações, monumentos urbanos, hotéis em área de exploração mineral, aviões e hidroaviões em missão de reconhecimento e a vista aérea de cidades se expandindo em regiões de fronteira são alguns dos símbolos e temas que evocam silenciosamente o triunfo da ocupação planejada do território. O projeto de transformação do homem rural em trabalhador e de valorização das áreas isoladas entre o litoral e a fronteira também tem destaque especial. Ele é representado por carregadores de madeira e materiais de construção, pelas primeiras casas e moradias em áreas afastadas, por agricultores cultivando a terra, contemplados por programas de assistência do governo – como as colônias agrícolas –, pela plantação de culturas diversas, pela construção de praças, fontes e escolas em cidades recém-fundadas.

Editoriais e profissionalização da geografia

O ano de 1947 parece se constituir em marco na composição editorial do periódico. Conforme afirma Jorge Hemerly, “a formação dos estudiosos não era homogênea, destacando-se, na primeira metade da década de 40, militares e, sobretudo, engenheiros; somente a partir de 1947 é que vão aparecer numa posição de relevo geógrafos profissionais, formados pelas faculdades de Filosofia”³².

30

A presença de engenheiros “especializados em assuntos geográficos”, como Christovam Leite de Castro, contribuía para acentuar a concepção pragmática dos estudos publicados no periódico, voltada para as ações sobre o território. E não é só. A colaboração inicial de profissionais de instituições tão variadas, como, de um lado, o Instituto Nacional de Tecnologia, o Clube de Engenharia e a Escola Técnica do Exército, de outro, a Universidade do Brasil, o Colégio Pedro II, o IHGB, resultava em um discurso mais heterogêneo sobre nosso espaço. Por isso, nos primeiros anos de circulação da Revista, o primado seria de temas marcadamente estratégicos, escritos por engenheiros como Sílvio Fróis de Abreu, Everardo Backheuser, Moacir Malheiros da Silva, Sampaio Ferraz, Virgílio Correia Filho, e militares como Lima Figueiredo, Rodrigues Pereira, Jaguaribe de Matos, entre outros. Eles dividiam espaço principalmente com artigos de colaboradores estrangeiros e grandes nomes da geografia dita “científica”, como Pierre Deffontaines, Preston James, Francis Ruellan e, depois, Leo Waibel, além de comentários sobre as publicações internacionais, assinados principalmente por Delgado de Carvalho. Só a partir de 1941, e muito lentamente, começam a figurar artigos e comentários dos geógrafos que então se formavam ou se pós-graduavam no exterior, de autoria de Fabio de Macedo Soares Guimarães e de Jorge Zarur, e, posteriormente, de José Veríssimo da Costa Pereira, Orlando Valverde, Lucio de Castro Soares, entre outros.

Neste sentido, para o intervalo 1939-1947 há uma profusão de uma produção alinhada com as questões geopolíticas focadas no argumento da segurança nacional. O tema “fronteiras, território e povoamento” predomina de longe, respondendo por 24 artigos nesse período e praticamente desaparecendo a partir daí. Seu conteúdo é programático, estabelecendo, em linhas gerais, a importância dos transportes e das comunicações para a integração do espaço territorial, iniciando-se pela conquista do interior, isolado entre o litoral e as fronteiras. São estudos que frequentemente exploram o potencial das regiões de fronteira, focos de imigração e de investimentos econômicos, ferrovias de integração política e geográfica com os países sul-americanos, e a questão da saída para o Oceano Pacífico. Nessa vertente, é ilustrativo o artigo do tenente-coronel Lima Figueiredo, “A ferrovia Corumbá-Santa Cruz de la Sierra”³³, no contexto do interesse sobre o petróleo boliviano.

Mesmo os artigos que não se enquadram facilmente na análise geopolítica, mais abertamente político-pragmática, apresentam evidente preocupação logística. É o caso das contribuições de Sílvio Fróis de Abreu, abordando o controle

sobre os recursos minerais. O engenheiro relaciona o potencial petrolífero das bacias sedimentares e a distribuição geográfica da população, de modo a “chamar a atenção para algumas paisagens do Brasil que convidam à pesquisa de certos minérios, indicando outras onde não será possível achá-los”³⁴.

É extremamente interessante observar como a RBG inicialmente abriga partidários de uma concepção mais tradicional da geografia, produzida por engenheiros e militares de renome. Ao amalgamar tendências e gerações diversas, o periódico fornece espaço para a reprodução e atualização de antigas práticas e formulações disciplinares. Essa ambivalência faz da revista uma vitrine para investigar a liberação progressiva do campo geográfico em relação ao prestígio político dos militares e à tradição intelectual dos engenheiros como instâncias de consagração da disciplina. De espaço de confluência para políticos, militares e engenheiros que pensam a geografia, a revista não demoraria a tornar-se um dos principais meios para sua definitiva superação.

Em determinado momento, uma mudança qualitativa se opera na metodologia da produção geográfica e na estruturação do seu discurso, não obstante esteja sempre presente a preocupação de orientar as ações do poder público, no tocante às questões territoriais. O exemplo mais expressivo talvez seja o das análises sobre a transferência da capital federal, de Fábio de Macedo Soares Guimarães, baseadas em sucessivas expedições geográficas ao Planalto Central, entre 1947 e 1949, que dialogam com a mais moderna literatura estrangeira na matéria. Um novo ambiente acadêmico marcaria a cultura dos geógrafos de formação, o que prova o prestígio logrado junto às instituições dessa natureza, por meio de estudos por ela encomendados, destinados a balizar pesquisas universitárias. Citemos o trabalho de Antônio Teixeira Guerra sobre a geomorfologia de Laguna, que apresenta as origens dos sambaquis e dos depósitos naturais no litoral de Santa Catarina, para subsidiar as pesquisas arqueológicas do antropólogo Castro Faria, no Museu Nacional.³⁵

Segundo Hemerly, os artigos que remetem para “imigração e colonização”, “planejamento econômico e da ocupação do interior”, “agricultura” e “população” surgem progressivamente e se consolidam a partir de 1947.³⁶ Parece escapar ao olhar do autor transformação mais ampla no campo geográfico, capaz de explicar o que ele, na verdade, apenas constata. Ou seja, “a importância que os estudos sobre colonização e distribuição demográfica dão ao acesso ao mercado”³⁷, atribuída a essa nova fase.

31

Uma transformação estrutural do campo geográfico estava em curso, pelo menos, desde 1944, produzindo, no ano de 1947, seus primeiros efeitos mais sensíveis. De início, a hegemonia da escola francesa de Vidal de La Blache na geografia brasileira foi suavizada, através da aproximação entre o CNG e os principais centros de produção geográfica norte-americana. Como parte da campanha de aproximação do governo americano, objetivando que o governo Vargas se afastasse da esfera de influência do nazifascismo, os mais notáveis geógrafos do IBGE, Jorge Zarur, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Orlando Valverde, José Veríssimo da Costa Pereira, Lúcio de Castro Soares e Lindalvo Bezerra, foram indicados para o programa de mestrado e doutorado em Winsconsin, Northwestern e Chicago, universidades especializadas em estudos regionais voltados para o processo de ocupação do território.³⁸ Em 1944, fixava-se esse significativo intercâmbio com a geografia anglo-saxã, que rendeu a Christovam Leite de Castro viagens consecutivas aos EUA, a fim de agilizar as negociações. Em conferência na quarta assembleia anual do *American Congress of Surveying and Mapping*, em 3 de junho daquele ano, discorreu sobre as razões da iniciativa:

*é particularmente agradável dizer aqui que o CNG do Brasil tem a preocupação de seguir, nestes trabalhos, a orientação da ciência geográfica americana. Até há pouco tempo, a influência da escola européia nos trabalhos geográficos no Brasil era quase absoluta, quanto ao material e quanto aos métodos. Hoje, graças à atuação do CNG, já se manifesta a influência americana que tem a meritória vantagem de dar à geografia sentido de utilidade, fazê-la instrumento de pesquisa que a administração aproveite imediatamente nas suas multiformes aplicações.*³⁹

O acento é posto, portanto, na função utilitária da escola norte-americana, que, então, tinha em Richard Hartshorne o seu maior expoente. Esse autor, com sua ênfase racionalista, foi responsável pela introdução do caráter convencional dos conceitos no trabalho geográfico, forjados unicamente nos e pelos problemas eleitos pelo pesquisador. Seu conceito de área refere-se ao método, delimitando-se como uma parcela da superfície terrestre, distinta das demais, somente

por força da escolha do observador, dos fenômenos que privilegia em sua análise. Dessa forma, ao contrário da noção de região elaborada pela geografia francesa, que além de abstração conceitual é também uma realidade ontológica irreduzível, a área é operacional, um instrumento de análise meramente artificial. Para Robert Moraes,

*a nova perspectiva se abre para análises tópicas, isto é, centradas em um conjunto articulado de temas; por exemplo uma geografia do petróleo, discutindo uma integração de fenômenos associados a este produto, numa escala mundial; ou uma geografia da monocultura, ou uma geografia do café, ou do cacau, ou ainda uma geografia da pesca, ou do transporte marítimo, etc. A geografia nomotética possibilitou a agilização do estudo regional, que ia ao encontro dos interesses do planejamento, pois abriu a perspectiva de trabalhar com um número bastante elevado de elementos, relacionando-os de acordo com os interesses do plano, instrumentalizando os diagnósticos.*⁴⁰

Trata-se de uma concepção mais pragmática⁴¹, que ganharia força com a qualificação de parte expressiva do corpo técnico do CNG nos quadros das universidades norte-americanas. Resultado dessa aproximação política e científica foi a vinda de Leo Waibel ao Brasil, mediada por seus alunos Orlando Valverde e Fabio de Macedo Soares Guimarães, como consultor técnico do CNG, no período 1946-1950. Um dos próceres da nova geografia vinculada à economia espacial, Waibel orientou diversos estudos que relacionavam a evolução dos sistemas agrícolas aos sistemas econômicos.⁴²

Leo Waibel fez avançar muito a pesquisa em geografia do povoamento, ao mesclar a biogeografia e seus estudos sobre vegetação com os modelos de distribuição espacial da produção agrícola, segundo os processos de mercado, caros à geografia econômica. Aplicando tais modelos aos estudos de colonização europeia, da utilização da terra e da organização agrária do território, Waibel comandou um verdadeiro programa de pesquisas de campo, sempre em companhia de um limitado grupo de assistentes. Suas abordagens tópicas da paisagem econômica cobriram, de forma sistemática, o planalto central, o Brasil meridional e o Brasil oriental até a Bahia.⁴³ Também foi o orientador científico dos estudos sobre a localização da nova capital federal. Entre os diversos trabalhos de sua autoria, publicados na Revista Brasileira de Geografia, podemos destacar “Uma viagem de reconhecimento ao sul de Goiás”⁴⁴, “Princípios da colonização europeia no sul do Brasil”⁴⁵ e “A teoria de Von Thünen sobre a influência da distância do mercado relativamente à utilização da terra”⁴⁶, em que faz uma divulgação científica dos modelos de economia espacial aplicados às formas de exploração da terra, em áreas agrícolas.⁴⁷

Essa mudança de orientação na produção geográfica arrefecia as concepções naturalistas em favor de um conhecimento cada vez mais aplicado ao planejamento. A incorporação de Waibel e o investimento na pós-graduação dos geógrafos imprimiram um novo ritmo às realizações do CNG, a partir de 1947, na forma dos estudos de regionalização, tanto os de atividades agrícolas quanto os de urbanização. Sendo o Conselho e a editoria da RBG compostos por uma pluralidade de profissionais e de instituições que neles tinham assento, isso não se deu de forma tranquila. A esse respeito, comenta Pedro Pinchas Geiger, ele próprio um dos artífices desse movimento de renovação, com seus estudos sobre redes urbanas, desenvolvidos desde o fim dos anos 1950: “a elaboração de trabalhos enfocando aspectos sócio-econômicos encontrou forte resistência junto aos técnicos do Conselho, ainda presos à perspectiva naturalista. Postura esta, porém, que seria ultrapassada pelo próprio movimento histórico da urbanização/industrialização no decorrer das décadas seguintes”⁴⁸.

Trata-se de duas fases – distintas apenas para efeito de análise. No momento de lançamento e consolidação da Revista, a organização do campo geográfico se mostra muito dependente da inserção do periódico no aparelho de Estado, com forte presença da enviesada justificação político-ideológica do Estado Novo no discurso geográfico, que se faz notar na divulgação de notícias e assuntos culturais, na preferência por temas geopolíticos e na predominância de engenheiros e militares na composição dos editores e articulistas, “ainda presos à perspectiva naturalista”.

Sob o influxo dos programas de intercâmbio e da geografia utilitária, ao lado da ampliação dos geógrafos egressos da Universidade do Brasil, é possível perceber um outro momento. Ele se estende de 1947 até meados da década seguinte, às vésperas da realização do XVIII Congresso Internacional de Geografia, de 1956, patrocinado pelo Conselho. Podemos ver que a produção da RBG aponta cada vez mais para os trabalhos de regionalização, influenciados pela

economia espacial. Tal mudança de enfoque se faz acompanhar do gradual desligamento dos mesmos engenheiros e militares que antes predominavam. É sintomático que um engenheiro-geógrafo como Christovam Leite de Castro, homem-chave na estruturação do campo geográfico, se afaste do comando do Conselho, em 1950.⁴⁹

As realizações do Conselho, entre os anos de 1956 e 1961, aprofundariam a distância entre os geógrafos de carreira e os antigos nomes ilustrados em geografia, cuja produção é vista, cada vez mais, como “ensaísta”. É um momento bastante fértil do Conselho, extremamente rico na produção de obras de referência para o campo geográfico e para o conhecimento do país. Pesquisas sistemáticas, vinculando estatística, geografia e cartografia, inspiram novas publicações que informavam aspectos ainda desconhecidos do território, na escala municipal. É o caso da coleção *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, com seus 36 volumes (1957-64); da coleção *Geografia do Brasil* (1959); do *Atlas do Brasil* (1959); e da finalização da *Carta do Brasil ao Milionésimo* (1960). O XVIII Congresso da União Geográfica Internacional, de 1956, coroa esse momento, congregando os principais geógrafos do Brasil para montar uma estrutura de excursão e apresentação de trabalhos, reforçando a relação entre a área do planejamento do governo federal e a universidade, além de viabilizar a participação de acadêmicos de São Paulo e do Nordeste.⁵⁰ Uma agenda de pesquisa em nível nacional é lançada. Os elos da comunidade científica são reafirmados e ampliados.⁵¹

À medida que se autonomiza, o campo constitui suas próprias regras, cada vez mais heterônimas e científicas, alheias às esferas da censura moral, da influência política e do interesse econômico, definindo o pertencimento (e a exclusão), a mobilidade, a dominação e a marginalização dos agentes que nele atuam. Com a formalização do discurso e das técnicas de investigação, a exigir um alto nível de iniciação, os outrora respeitados engenheiros-geógrafos e militares perdem espaço de produção no periódico, sujeitando-se a posições inferiores na hierarquia do campo científico. De acordo com Pierre Bourdieu:

quanto mais um campo é heterônimo, mais a concorrência é imperfeita e é mais lícito para os agentes fazer intervir forças não-científicas nas lutas científicas. Ao contrário, quanto mais um campo é autônomo e próximo de uma concorrência pura e perfeita, mais a censura é puramente científica e exclui a intervenção das forças puramente sociais (argumento de autoridade, sanções de carreira, etc.) e as pressões sociais assumem a forma de pressões lógicas, e reciprocamente: para se fazer valer aí, é preciso fazer valer razões, para aí triunfar, é preciso fazer triunfar argumentos, demonstrações e refutações.⁵²

33

De fato, a Revista Brasileira de Geografia projetou-se sempre como instrumento de divulgação e fortalecimento das pesquisas desenvolvidas no campo geográfico, como vetor de diferenciação e reconhecimento de uma comunidade científica. Como publicação do Conselho, foi marcada em seu início pela mesma dubiedade que o caracterizou, oscilante entre a reflexão acadêmica e a natureza político-pragmática de suas investidas. Nesta tensão constitutiva, nossa tese é a de que a primeira prevaleceu crescentemente nos trabalhos da geografia do Instituto, nos estudos realizados de 1947 até a chamada “geografia quantitativa” na década de 1970. A nosso ver, é este o recorte que define a contribuição da geografia do IBGE ao processo de autonomização do campo geográfico. Afinal, até a segunda metade dos anos 70, o IBGE foi o principal centro brasileiro de adoção e difusão de todas as novas ideias e métodos surgidos na geografia mundial. Foi a porta de entrada das mais variadas correntes, como é o caso da geografia econômica de Leo Waibel, da geomorfologia bioclimática de Jean Tricart e da geografia quantitativa de J. P. Cole, da qual passamos a tratar.

A chamada “revolução quantitativa” da geografia fez sua escalada no Brasil tendo como base o IBGE. Sua introdução e aplicação representavam uma resposta da comunidade de geógrafos ao desafio da crescente ascensão dos economistas como assessores do poder. Com a instauração do regime militar, os economistas assumiriam a orientação do planejamento do país, o que refletiria na própria composição do IBGE. Com o estatuto de Fundação e o economista Isaac Kerstenetzky na presidência, o órgão se tornaria interdisciplinar. Doravante, economistas, sociólogos, antropólogos e analistas de sistemas figurariam ao lado de estatísticos e geógrafos. Neste novo quadro, o IBGE deveria fornecer, com rapidez, estatísticas mais precisas e sofisticadas, bem como os mapas do funcionamento dos sistemas. Foi através dessa ligação com o planejamento que se desenvolveu a geografia quantitativa no IBGE,⁵⁵ porta pela qual fez seu ingresso e sucesso no Brasil dos anos 1970.

A nova fundamentação teve início com as primeiras tentativas de aplicação de métodos e técnicas matemáticas nos estudos de divisão regional do Brasil, hierarquia de centros urbanos, redes urbanas, áreas metropolitanas e projeções de população, na segunda metade dos anos 1960. O trabalho mais significativo desta primeira fase foi o da divisão do país em 361 microrregiões homogêneas, agrupadas em unidades hierarquicamente maiores. Pioneiro na utilização do método da análise fatorial, esse estudo foi ultimado em março de 1968, em parceria do Instituto Brasileiro de Geografia, antigo CNG, com a Universidade de Chicago. A iniciativa contou com a direção geral de Brian Berry, expoente mundial da geografia quantitativa.

O ano de 1968, aliás, é considerado pelos próprios geógrafos um marco divisório na reflexão geográfica brasileira. Foi quando a 1ª Conferência Nacional de Geografia – CONFEGE, patrocinada pela recém-instalada Fundação IBGE –, serviu de palco a essa “proclamação oficial” da adoção das novas práticas de análise geográfica, da qual tomaram conhecimento os outros membros “menos informados” da comunidade de geógrafos brasileiros.

A geografia teórica, como também ficou conhecida, implicava um novo juízo de valor sobre a produção geográfica anterior. A qualificação “revolução” nos mostra a figuração sobre um antes e depois da atividade, na qual as antigas práticas de descrição e comparação das frações do território se mostravam limitadas e ultrapassadas. Pretendia-se superar a consagrada terminologia que dividia o conhecimento geográfico nos dois grandes ramos da geografia sistemática e da geografia regional, que alternavam entre o estudo das diferentes categorias de fenômenos no conjunto da superfície terrestre e o estudo da articulação da totalidade dos fenômenos nas subdivisões das regiões.⁵⁴

No artigo “A revolução quantitativa na geografia e seus reflexos no Brasil”, de 1970, que divulga e avalia as tendências da geografia teórica, publicado na RBG, afirmam Speridião Faissol e Marília Galvão:

Na vertente da geografia quantitativa as observações ou dados quantitativos podem ser sumarizados em uma tabela ou matriz geográfica, em cujas linhas (na horizontal) são colocados todos os lugares para os quais se registram informações, e nas colunas (na vertical) é inserida a natureza das observações, as características dos lugares, chamadas variáveis [...]. Assim sendo, a matriz geográfica reduz o problema da diferenciação entre o método regional e o método sistemático a um simples problema de tamanho da matriz: um número elevado de linhas e pequeno de colunas, a primeira cortando fronteiras regionais ou políticas e a segunda agrupando fenômenos altamente correlacionados, significa análise sistemática, método sistemático. Um número pequeno de linhas constituídas de lugares contíguos e considerados mais ou menos semelhantes e um número elevado de características exprimindo fenômenos relacionados entre si ou não, porém significativos para a atividade humana na área, significa análise regional, método regional. Em ambos os casos, analisam-se sistematicamente lugares e características destes lugares, estabelecendo diferenciações regionais segundo muitas ou poucas características integradas, sejam em termos de espaço ou de processo.⁵⁵

34

Em termos editoriais, esse artigo se inscreve na proclamação nacional da nova metodologia pela Revista Brasileira de Geografia (ano 32, nº 4), em 1970. No entender de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, trata-se de “um histórico número, onde, além do editorial *A revolução quantitativa na geografia e seus reflexos no Brasil*, encontra-se uma seleção de artigos dos novos orientadores, como Brian Berry e J. P. Cole, e geógrafos da Casa (Speridião Faissol, Pedro Geiger e Elza Keller) inteiramente consagrada à aplicação de técnicas de quantificação (análise fatorial e cadeias de Markov). Este número é, sem dúvida, um divisor de águas naquela revista”⁵⁶.

As técnicas da geografia quantitativa possibilitavam a elaboração de “diagnósticos” sobre um determinado espaço, apresentando uma descrição numérica exaustiva sobre as suas características, e as tendências de evolução dos fenômenos ali existentes. Esse diagnóstico ou *survey* permitia um conhecimento da área enfocada e a escolha de estratégias de intervenção, acelerando ou obstaculizando as tendências presentes.

Entre tais técnicas, a *análise fatorial* permitia identificar e agrupar os aspectos correlacionados da área enfocada, formando linhas independentes de variação, que continham a descrição do processo de diferenciação espacial.⁵⁷ Já os trabalhos baseados na *cadeia de Markov* realizavam estudos longitudinais do processo de transformação da estrutura

econômica da área pesquisada, permitindo projetar índices e tendências de crescimento e de distribuição espacial da população – demografia e imigração –, segundo as variáveis consideradas pela análise.⁵⁸

A geografia quantitativa não poderia florescer em terreno mais fértil do que o IBGE. Os geógrafos trabalhariam em conjunto com economistas e estatísticos, tanto na formulação e discussão dos questionários censitários, quanto na definição das categorias de classificação. Neste sentido, a nova atitude epistemológica se revelava um perfeito arcabouço de teoria aplicada para desenvolver uma filosofia que integrasse geografia e estatística, que formalizasse a convergência das duas atividades na apresentação de um retrato do país. Tal convergência pode ser verificada em diversos artigos e contribuições da Revista Brasileira de Geografia, igualmente devotada à disseminação dos métodos e das técnicas de pesquisa baseados na nova corrente.

Apesar de seu potencial, alguns fatores encurtariam o sucesso conhecido pela quantitativa. A aproximação da economia, da estatística, da matemática e da informática contrastava com o afastamento da história, das ciências sociais e da filosofia da ciência, áreas de conhecimento que marcaram a institucionalização da geografia, inclusive a do próprio Instituto.⁵⁹ Nessa virada científica, rompia-se uma importante tradição de pesquisa, não sem algumas contradições. A linguagem matemática não compunha o currículo do bacharelado em geografia, o que restringia drasticamente a difusão da nova metodologia em âmbito nacional. Mais do que isso, uma transformação estrutural estava em curso já na década de 1970, e afetaria severamente a posição do IBGE na organização do campo geográfico.

Considerações finais

As políticas empregadas pelo regime militar seriam marcadamente ambíguas para a geografia do IBGE. Por um lado, o novo modelo de planejamento exigia a sustentação técnica das políticas públicas e o fomento à pesquisa aplicada, o que fez da integração com a estatística a inspiração da geografia quantitativa, dando-lhe grande notoriedade. Por outro lado, o Estado investiu na ampliação do papel da universidade como centro de pesquisa e de pós-graduação, que passou a promover maior editoração de estudos, intensificando as relações diretas com o exterior. Outra diretriz do regime, a de minimizar superposições entre instituições públicas, afetou diretamente a geografia do Instituto, que sofreu a perda gradual de sua posição relativa de centro do sistema de atividades acadêmicas.⁶⁰

Isso ainda não seria tudo. Durante a breve vida da quantitativa, emergia a chamada “crise ambiente”, denunciada na Conferência sobre a Biosfera de 1968, realizada em Paris. A questão do meio ambiente veio despertar enorme concorrência entre comunidades científicas. Os geógrafos, voltados aos aspectos socioeconômicos, são então postos à margem, já que surgem ecologistas e engenheiros ambientais, capazes de responder mais imediatamente ao desafio ecológico.⁶¹ Não é por acaso que os anos 1980 assistirão à fragilização dos estudos geográficos do IBGE, que ainda ecoa no presente, acompanhada de perto pela formalização das pesquisas ambientais. Um sintoma dessa debilidade foi a reforma empreendida pela administração Edmar Bacha (1985-1986). Dela constava a criação da Diretoria de Geociências, que passaria a englobar (e a diluir) a geografia do Instituto e a vinculação ao Projeto RADAM⁶², que explicitou a demanda por profissionais mais capacitados para a elaboração das análises telemáticas.

Privada de seus elos com a geografia universitária, que passa cada vez mais a monopolizar a teorização da atividade, e inferiorizada em importância na estrutura do planejamento, duas preocupações presentes desde sua origem, a geografia do IBGE mergulharia em um prolongado quadro de reavaliação sobre a natureza propositiva de sua produção. Solidária a esse quadro geral, a Revista Brasileira de Geografia perderia prestígio e visibilidade, tornando-se instrumento de uma comunidade mais restrita.⁶³ Não obstante, avulta hoje como elo privilegiado entre as diferentes temporalidades da história da geografia e do Brasil, a demandar a atenção esclarecida dos historiadores da ciência e das técnicas.

Notas e referências bibliográficas

Alexandre de Paiva Rio Camargo é historiador e mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: alexandre.camargo.2009@gmail.com. As reflexões contidas neste trabalho resultam de minha participação na coleção História das Estatísticas Brasileiras (1822-2002), publicada pelo IBGE, especialmente no volume Estatísticas Formalizadas, em que tive a oportunidade de investigar as temporalidades da geografia do IBGE em perspectiva histórica. O autor agradece ao coordenador do projeto, Prof. Dr. Nelson Senra, e aos pareceristas da Revista da SHBC, por suas valiosas e detalhadas sugestões.

- 1 WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: IBGE, 1979, p. 326.
- 2 Embora não seja possível estabelecer uma rígida distinção entre ciência e técnica, é importante destacar a singularidade do órgão frente a essas duas instituições científicas. Tal como o Conselho Nacional de Geografia, o Observatório Nacional e o Instituto Manguinhos podem ser apontados como lugares de instrumentalização do conhecimento, realizando serviços de meteorologia, apoio à cartografia, sanitarismo e campanhas de vacinação. Em contrapartida, se constituíam em centros de ciência pura, dedicados à astrofísica e à microbiologia. Essa diferença fundamental valoriza ainda mais o caminho assumido pela institucionalização da geografia no Brasil, organizada através de dois espaços formais distintos: os cursos universitários e os órgãos de natureza técnico-administrativa, cujo grande modelo foi o Conselho Nacional de Geografia.
- 3 Trata-se aqui de uma extensão do sentido atribuído por Pierre Bourdieu ao campo científico. Segundo o autor, o conceito consiste em um espaço social autônomo, no qual a posição de cada agente se define nas relações objetivas que o unem ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo. Na esfera científica, as possibilidades de produção, divulgação e recepção das obras são determinadas pelas propriedades (desigualmente) distribuídas entre os agentes do campo. Estabelece-se uma analogia entre a lógica de mercado e a ciência, que, sem ser submetida a uma clientela direta, confronta-se com os desafios da concorrência interna entre os pesquisadores. Os periódicos científicos tornam-se, então, espaços privilegiados para analisar a legitimidade social de uma agenda de pesquisa, a disputa por posições entre os cientistas e a construção da autonomia de um determinado campo, como o da geografia. Para Bourdieu, a libertação progressiva da esfera científica está associada a transformações decisivas, como a diversificação das instâncias de consagração e difusão dos bens científicos e o aparecimento de um corpo de agentes numeroso e variado, diretamente ligado ao processo de profissionalização da atividade científica.
- 4 Esses estudos conformaram o que se convencionou denominar “geografia quantitativa”, modelo de análise que situou definitivamente a disciplina na metodologia das ciências sociais. Originada nos Estados Unidos no fim da década de 1950, teve em Brian Berry e J. P. Cole seus principais formuladores teóricos. Fazendo uso da tecnologia da computação, desenvolvida no contexto da segunda guerra, a nova proposta epistemológica permitiu à geografia ingressar na moderna era do planejamento, aperfeiçoando a distribuição espacial dos recursos. Também oferecia solução a antigas dificuldades conceituais atreladas ao paradigma da análise regional, como a da contiguidade entre unidades observáveis, que se agregam para formar uma mesma região. No modelo até então vigente, a contiguidade não era gerada pela especificação dos atributos das unidades, mas forçada exogenamente para responder ao requisito de contiguidade. A abordagem quantitativa permitiu compreender as dinâmicas que levavam ao agrupamento e/ou à diferenciação espacial das unidades consideradas pela análise, elencando estratégias de intervenção para acelerar ou obstaculizar tendências presentes. A introdução dos estudos quantitativos no Brasil deu-se com a visita de Brian Berry ao IBGE em 1968, intermediada por Speridião Faissol. O programa firmado com a Universidade de Chicago teve como objetivo submeter a divisão do Brasil em microrregiões homogêneas a uma análise fatorial, como fórmula adequada para testar sua validade teórica. Assim, consagrou-se a nova orientação científica da geografia do Instituto, hegemônica por mais de uma década. Cf. FAISSOL, Speridião. “A geografia quantitativa no Brasil: como foi e o que foi”. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 51, n. 4, p. 21-52, out/dez 1989.
- 5 De acordo com o discurso inaugural, em 1838, de autoria de Januário Barbosa, o IHGB se propunha, antes de tudo, a reunir e organizar os documentos da história e da geografia do Brasil, até então dispersos pelas províncias e, portanto, de difícil acesso. Para tanto, o Instituto deveria ramificar-se através do estabelecimento de redes de “filiais” pelas províncias do Império, visando a melhor atender os objetivos propostos. FLEIUSS, Max. “L’ institut historique et géographique du Brésil – esquisse de son histoire”. *III Congresso de História Natural*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 10 v, p. 502
- 6 Criada em 1883, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro tinha por objetivo estimular o gosto pelo estudo da geografia, aperfeiçoar os conhecimentos e propugnar sua extensão. Para atender a esse fim, dedicou-se a organizar reuniões, congressos, conferências, cursos, excursões e consultas. Por conta disso, a agremiação foi considerada de utilidade pública pelo Decreto presidencial n.º 3440, de 27/02/1917. “Sociedade Brasileira de Geografia”. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, n. 1, p. 172-173, janeiro/março 1941.
- 7 BOURDIEU, Pierre. “Algumas propriedades dos campos”. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1980, p. 91-92.
- 8 CODATO, Adriano Nervo; GUANDALINI JÚNIOR, Walter. “Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, v. 32, p. 146, 2003.
- 9 “Resolução n. 18, de 12 de julho de 1938”. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 1, p. 7-8, janeiro/março 1939.
- 10 “Apresentação”. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 1, p. 4, janeiro/março 1939.
- 11 RUELLAN, Francis. “O trabalho de campo nas pesquisas originais de geografia regional”. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, n. 1, p. 44-45, janeiro/março 1944 – grifo nosso.
- 12 Em Resolução de sua Assembleia Geral, de 24/06/1939, o Conselho argumentava que a questão das divisas estava profundamente vinculada aos empreendimentos básicos do IBGE, pois sua solução dependia da exatidão dos dados do censo de 1940 e da precisão da carta geográfica do Brasil ao milionésimo, no tocante aos circunscriçamentos territoriais. Graças a tal intervenção, até 1945 foram resolvidos os seguintes impasses entre estados: Minas-Goiás, Minas-Rio de Janeiro, Minas-São Paulo, Minas-Bahia, Pernambuco-Alagoas, Piauí-Maranhão, Maranhão-Goiás, Bahia-Piauí, Bahia-Goiás. FLEMMING, Thiers. “Pelo Brasil unido: limites, territórios federais e símbolos nacionais face à Constituição de 1946”. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, n. 51, p. 261, julho 1947.
- 13 A exposição dos mapas municipais foi um dos mais grandiosos eventos cívicos já realizados no Brasil. Reuniu, no Pavilhão da Feira de Amostras da cidade do Rio de Janeiro, os mapas de todos os municípios do país, contendo informações racionalizadas sobre limites, nomenclatura dos elementos territoriais apresentados, localização e acidentes cartográficos, relevos, cursos de água, povoações, fazendas, estradas e caminhos, linhas telefônicas e telegráficas, planta da cidade e vilas dos municípios, dispoendo os perímetros urbanos e suburbanos, de acordo com os textos dos atos legislativos que os fixaram. PENHA, Eli Alves. *A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 123 p. Documentos para disseminação / Memória Institucional, n. 4, p. 100. O calendário da exposição incluía a queima das bandeiras dos estados da federação em piras especificamente instaladas para esse fim, ritual que encarnou de maneira catártica toda a perspectiva antirregionalis-

- ta da administração da Era Vargas. Os discursos oficiais do IBGE em honra da centralização política do Estado Novo também não fizeram por menos. No pronunciamento de abertura da exposição, o presidente José Carlos de Macedo Soares, em saudação a Getúlio Vargas, salientou que a valiosa coleção de mapas municipais fazia meditar sobre o real significado da doutrina do “espaço vital”, pois sua apreciação permitia o conhecimento do que deve constituir o programa da administração pública. “EXPOSIÇÃO nacional dos municípios”. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 3, p. 448-61, julho/setembro 1940.
- 14 EVANGELISTA, Helio de Araújo. “Geografia tradicional no Brasil: uma geografia tão mal-afamada quanto mal conhecida!”. *Revista geo-paisagem*. v. 5, n. 10, julho/dezembro 2006. Disponível em: <www.feth.ggf.br/Geotrad>. Acesso em: 10 de agosto de 2007.
 - 15 DAVIDOVICH, Fanny. “Um informe sobre a posição da geografia no IBGE”, março 1985, mimeo. Documento para discussão interna / IBGE, p. 3
 - 16 GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. “Divisão regional do Brasil”. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 2, p. 318-373, abril/junho 1941.
 - 17 VALVERDE, Orlando. “Fábio de Macedo Soares Guimarães: in memoriam”. In: *O pensamento de Fábio de Macedo Soares Guimarães: uma seleção de textos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p. 271-274. Documentos para disseminação / Memória institucional, n. 7.
 - 18 PENHA, op. cit., p. 108.
 - 19 Geógrafo fundamental na institucionalização dos cursos de geografia, primeiro na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1934, depois na Universidade do Distrito Federal, em 1935, dando continuidade à sua atuação na Universidade do Brasil até 1939, quando retorna à França. Embora sua importância para o campo geográfico tenha se vinculado mais à organização dos cursos universitários, foi o responsável pela formação das mentes do primeiro grupo de profissionais que criaria o núcleo de pesquisas geográficas do Conselho Nacional de Geografia. Uma vez mais, foi decisivo na ampliação dos espaços institucionais de geografia, ao criar a Associação dos Geógrafos Brasileiros, em 1934, e ajudar a pavimentar a Revista Brasileira de Geografia, em 1939. Entre seus trabalhos considerados clássicos, que afirmam as potencialidades dos estudos geográficos no Brasil, estão *Geografia Humana do Brasil, Como se constitui no Brasil a rede de cidades e Meditação geográfica sobre o Rio de Janeiro*.
 - 20 Geógrafo francês que substituiu Deffontaines na coordenação do ensino de geografia da Universidade do Brasil, em 1941, teve atuação fundamental na formação do corpo de geógrafos do IBGE, assumindo o cargo de consultor científico do CNG. Neste sentido, destacam-se seus trabalhos em metodologia e seu papel de organização das excursões científicas e dos trabalhos práticos de campo. Treinou equipes inteiras de pesquisadores do IBGE, orientando sua formação acadêmica e técnica, o que incluía seu encaminhamento para cursos nas universidades francesas. Por esse papel, nas palavras de Roberto Schmidt, era “o único geógrafo que pode ser chamado de chefe de escola sem nenhuma restrição classificatória”. Entre suas pesquisas mais reconhecidas, encontra-se um trabalho sobre a geomorfologia da Serra do Mar. ALMEIDA, Roberto Schmidt de. *A geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998*. 2000. 712 p. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000, p. 126.
 - 21 Fabio de Macedo Soares Guimarães também defendia, a seu modo, o alargamento da representação espacial, que deveria ser ancorada na noção de região natural, suprimindo-se aos estados suas identidades territoriais. Afastavam-se, assim, as ameaças de separatismo e de mobilização da população pelas elites locais. Ao propor a divisão regional do Brasil, esse grande geógrafo argumenta: “tratando-se de uma divisão prática para fins didáticos, é imprescindível que seja baseada nas ‘regiões naturais’, pois no ensino da geografia o estudo do meio físico é fundamental, assume uma importância primordial. Somente uma divisão em ‘regiões naturais’ poderá servir, de modo adequado, ao estudo da geografia física”. GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. “Divisão regional do Brasil”. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 2, p. 340, abril/junho 1941.
 - 22 CARVALHO, Delgado de. “A excursão geográfica”. *Geografia e Educação*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942, p. 133.
 - 23 Ibid., p. 135.
 - 24 Ibid., p. 136.
 - 25 Ibid.
 - 26 ABREU, Sílvio Fróis de. “Esboço das regiões naturais do Estado da Bahia”. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, n. 1, p. 68-74, janeiro/março 1939.
 - 27 ZARUR, Jorge. “A geografia no curso secundário”. *Geografia e Educação*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942, p. 17.
 - 28 CASTRO, Christovam Leite de. “Atualidade da cartografia brasileira”. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 3, p. 463, julho/setembro 1940.
 - 29 MORAES, Antonio Carlos Robert. “Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, v. 4, n. 8, p. 167, 1991.
 - 30 DAOU, Ana Maria. “Tipos e Aspectos do Brasil: imagens e imagem do Brasil por meio da iconografia de Percy Lau”. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto (orgs.). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 149.
 - 31 Licia Rubinstein, em sua dissertação de mestrado, analisa alguns dos tipos nacionais representados por Percy Lau. Através deles, podemos apreender a paisagem típica como resultante da convivência harmoniosa entre as transformações humanas e os condicionamentos de seu ambiente natural. Traduzindo em arte o conceito de gênero de vida, Percy Lau relaciona esses objetos, tornando-os um só. Naturaliza o enraizamento dos homens retratados. *O seringueiro*, por exemplo, aparece em seu trabalho de extração do látex. Comenta Rubinstein: “o seringueiro e a vegetação recebem o mesmo grau de acabamento. O pé descalço se mistura com a terra, como se estivesse plantado, enraizado, assim como a árvore. A perna sobe como tronco”. RUBINSTEIN, Licia. *O censo vai contar para você: design gráfico e propaganda no Estado Novo*. 2007. 156 f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Design do Departamento de Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007, p. 91. Já na leitura do quadro *O gaúcho*, a impressão que temos é a de que se trata de um cavaleiro hábil, ativo, bom manejador do laço, que domina o cavalo e o gado com destreza. O tipo é representado em plena ação, no seu *habitat* natural e com todos os seus acessórios típicos. Assim, é fixado em determinada localidade, com determinados hábitos, características e indumentária”. Ibid., p. 92.
 - 32 HEMERLY, Jorge Antonio Morrot. *A Revista Brasileira de Geografia e a Produção Geográfica no Brasil (1939-50)*. 1996. 97 f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996, p. 26.
 - 33 FIGUEIREDO, Lima. “A ferrovia Corumbá-Santa Cruz de la Sierra”. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, n. 1, p. 61-82, janeiro/março 1943.
 - 34 ABREU, Sílvio Fróis de. “Fundamentos geográficos da mineração brasileira”. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, n. 4, p. 509-530, outubro/dezembro 1946.
 - 35 GUERRA, Antônio Teixeira. “Contribuição ao estudo de geomorfologia e do quaternário do litoral de Laguna (Santa Catarina)”. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 12, n. 4, p. 535-564, outubro/dezembro 1950.
 - 36 HEMERLY, op. cit., p. 51.
 - 37 Ibid., p. 86.
 - 38 ALMEIDA, op. cit., 2000, p. 113.
 - 39 “4ª Assembléia anual do American Congress on Surveying and Mapping”. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, n. 2, p. 299-302, abril/junho 1944 – grifo nosso.

- 40 MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 1985, p. 90.
- 41 Jorge Zarur, pioneiramente, apontava, já em 1944, para a necessidade de afinar a pesquisa geográfica aos problemas com que se defronta o planejador. Apoiando-se em sua participação no projeto *Tennessee Valley Administration*, durante seu período de estudos nos Estados Unidos, ele esboça uma proposta de uma geografia utilitária ancorada no modelo de análises regionais. Tentava escapar, assim, à influência da Escola francesa. Ao mesmo tempo, marca a diferença da geografia utilitária em relação ao que chama “geografia tradicional”. Diz ele: “a geografia moderna [...] não é uma evolução completa da geografia clássica, da geografia tradicional. Pelo contrário, ela procura renovar, tendo a região por base, pois a tradicional divisão da geografia física e humana não cabe mais. A geografia, hoje é, em outras palavras, o estudo dos contrastes regionais”. ZARUR, Jorge. “Geografia: ciência moderna ao serviço do homem”. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, n. 3, p. 315, julho/setembro 1944. E mais adiante: “a geografia utilitária fez milagres nesta guerra [...], só agora começa a ter os seus filósofos e precisa ainda que a sua filosofia seja feita [...]. Somos contrários à velha e tradicional tendência de levar um esquema previamente feito no gabinete para o campo e aí passar a responder às perguntas que, previamente, sem conhecimento da região, introduzimos no esquema. **Às vezes a pergunta não cabe; a região não oferece aquela questão**” – grifo nosso. *Ibid.*, p. 318. Há já aí uma perspectiva embrionária sobre o recorte da região segundo os problemas eleitos pelo pesquisador, em interesse do planejamento.
- 42 Em relato, publicado na RBG, acerca da experiência que adquiriu sobre a realidade brasileira, no tempo em que fora consultor técnico do CNG, Waibel expõe os motivos que o levaram a aceitar o convite para ocupar aquele posto: “sendo o Brasil a última grande reserva de terras virgens no mundo ocidental, o problema de como aproveitar este País torna-se não somente um problema brasileiro de primeira magnitude, mas diretamente um problema mundial. E foi este problema que me trouxe ao Brasil, e que foi o *leitmotiv* de todo o meu trabalho aqui” WAIBEL, Leo. “O que aprendi no Brasil”. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 12, n. 3, p. 420, julho/setembro 1950.
- 43 BERNARDES, Nilo. “A influência estrangeira no desenvolvimento da geografia no Brasil”. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 44, n. 3, p. 523-524, julho/setembro 1982.
- 44 WAIBEL, Leo. “Uma viagem de reconhecimento ao sul de Goiás”. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 9, n. 3, p. 313-342, julho/setembro 1947.
- 45 Idem, “Princípios de colonização européia no sul do Brasil”. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, n. 2, p. 159-222, abril/junho 1949.
- 46 Idem, “A teoria de Von Thünen sobre a influência da distância do mercado relativamente à utilização da terra”. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 10, n. 1, p. 3-40, janeiro/março 1948.
- 47 Valendo-se da experiência que adquiriu sobre a realidade brasileira, Waibel, em nosso entender, muito contribuiu para desconstruir a representação do tipo nacional e da estrutura ocupacional de nosso território, vigente nos anos 40 e 50. O eminente geógrafo se contrapôs à literatura orientada pela crença na superioridade étnica germânica, para a qual a colonização europeia com pequenos proprietários no planalto meridional era um sucesso. Ele revelou que a maior parte dos colonos alemães se utilizava do sistema de rotação de terras, um contrassenso em pequenas propriedades, explicando a sua exagerada expansão pelo esgotamento dos solos. VALVERDE, Orlando. “Contribuição de Leo Waibel à geografia brasileira”. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 30, n. 1, p. 76, janeiro/março 1968. Assim fazendo, Waibel calava o argumento, então em moda, que exaltava o caráter desbravador do imigrante alemão. A adoção desse sistema extensivo de produção teria sido feita por força da irregularidade da ocupação nas zonas pioneiras, inteiramente esparsas e desconectadas dos mercados urbanos. Essa notável contribuição de Leo Waibel descaracterizava os argumentos racistas ainda presentes na literatura sobre a colonização, reabilitando o caboclo, o elemento nacional, ao trabalho. O problema seria de ordem social; o analfabetismo e a pobreza informavam as escolhas restritas e os investimentos dos novos camponeses, fossem eles italianos, eslavos, alemães ou caboclos. Relatando suas observações no recôncavo baiano, Waibel conclui que “é possível a agricultura intensiva com aplicação de estrume [que então se praticava], nas baixadas tropicais úmidas, em moldes econômicos. E mais: que essa atividade pode ser exercida pelos caboclos, sem o auxílio de colonos europeus”. *Ibid.*, p. 79.
- 48 GEIGER, Pedro Pinchas. “Industrialização e urbanização no Brasil, conhecimento e atuação na geografia”. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 50, n. 2, p. 74, abril/junho 1988.
- 49 Curiosamente, é o próprio Leite de Castro que, em “Geografia: ciência moderna a serviço do homem”, sugestivo título de artigo de Jorge Zarur, ressalta as técnicas e os procedimentos que justificam a estratificação do campo geográfico. Para o secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, num primeiro nível estaria a medição do território, em que atuam astrônomos, geodestas, topógrafos e fotogrametristas. Mais acima, encontramos a representação do território, a exigir o empenho dos cartógrafos. No topo, teríamos a prática mais sofisticada e prestigiada: “na interpretação do território é que atua o que se chama geógrafo. Entendo por geógrafo moderno aquele que faz a interpretação dentro de três características fundamentais: primeira, o caráter científico, isto é, a explicação dos fenômenos; segunda, tenha, como interpretação fundamental, a consideração do homem – é a tendência moderna da geografia; terceira, haja na interpretação um sentido de utilidade” CASTRO *apud* ZARUR, Jorge. “Geografia: ciência moderna ao serviço do homem”. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, n. 3, p. 313, julho/setembro 1944.
- 50 ALMEIDA, op. cit., p. 93-94.
- 51 No artigo em que avalia a influência estrangeira no desenvolvimento da geografia brasileira, publicado na RBG, Nilo Bernardes traça um diagnóstico preciso sobre os significados do referido Congresso: “1) provocou um balanço no conhecimento já acumulado sobre o território [...] e um avanço nesse conhecimento, consubstanciado na série de nove livros-guias abrangendo todas as macrorregiões do país; 2) pela primeira vez estabeleceu-se uma efetiva e intensa cooperação entre geógrafos dos centros de pesquisa já existentes para a consecução de objetivos comuns; 3) ocorreu a circunstância de que, pela primeira vez, geógrafos do terceiro mundo tinham contato em larga escala com seus colegas mais experientes do hemisfério norte, sendo que, para os estudiosos brasileiros fora dos dois grandes centros, este contato foi particularmente proveitoso e acelerou a difusão espacial da geografia científica; 4) teve-se consciência de que a pesquisa e o desenvolvimento do campo profissional entre nós já haviam atingido um razoável nível, embora ainda limitado a uns poucos centros; 5) provocou uma aferição dos rumos metodológicos da pesquisa e dos temas preferenciais, rompendo enfoques tradicionais”. BERNARDES, op. cit., p. 525.
- 52 BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 32.
- 53 GEIGER, op. cit., p. 77.
- 54 “Conceito de geografia regional e terminologia das divisões geográficas”. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, n. 82, p. 1089-1092, janeiro 1950.
- 55 GALVÃO, Marília Velloso; FAISSOL, Speridião. “A revolução quantitativa na geografia e seus reflexos no Brasil”. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 32, nº 4, outubro/dezembro 1970, p. 9.
- 56 MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *A geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências*. São Paulo: IGEOG-USP, 1980, p. 28.
- 57 *Ibid.*, p. 10-11.
- 58 *Ibid.*, p. 14.
- 59 Vale lembrar que vários pesquisadores associados ao CNG que se apresentavam nos primeiros Congressos Brasileiros de Geografia eram etnógrafos, a exemplo de Raimundo Lopes e Alice Canabarro, fundadores da pesquisa nessa área, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Entre as referências dos primeiros geógrafos de carreira, cabe incluir a história natural, cujos bacharéis ingressaram no IBGE, nos setores de biogeografia e recursos naturais.

- 60 EVANGELISTA, op. cit., disponível em: <www.feth.ggf.br/Geotrad>. Acesso em: 10 de agosto de 2007.
- 61 MONTEIRO, op. cit., p. 32-33.
- 62 O Projeto RADAM – Radar na Amazônia - foi originalmente responsabilidade do Departamento Nacional da Produção Mineral, como parte do Programa de Integração Nacional (PIN), elaborado pelo governo Emílio Garrastazu Médici. Na presidência Edmar Bacha, foi vinculado à área de meio ambiente e recursos naturais do IBGE. Tinha como finalidade a execução do levantamento dos recursos naturais das regiões norte e nordeste do país, a partir de imagens de radar e outros sensores remotos, para fornecer, no curto prazo, os elementos básicos necessários aos projetos específicos a serem encampados naquelas áreas. Foram contempladas cinco dimensões: geologia, geomorfologia, solo, vegetação e uso potencial da terra.
- 63 Publicação trimestral desde 1939, a Revista saíria de circulação entre 1996 e 2005, ano em que sua edição foi retomada, mesmo assim com formato alterado, tiragem reduzida e periodicidade semestral. Até a presente data, não atingiu regularidade em suas publicações.